



Número: **0602848-28.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **14/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO, CPF: 082.732.746-32, candidato ao cargo de Deputado Estadual pelo Partido Republicano Progressista - PRP.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELEICAO 2018 CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO DEPUTADO ESTADUAL (RESPONSÁVEL)			
CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO (REQUERENTE)		CLEVERSON FRANCISCO VIEIRA (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8042566	03/06/2020 00:00	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 56.105

PRESTAÇÃO DE CONTAS 0602848-28.2018.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

RESPONSÁVEL: ELEICAO 2018 CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO DEPUTADO ESTADUAL

REQUERENTE: CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO

ADVOGADO: CLEVERSON FRANCISCO VIEIRA - OAB/PR46362

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral

EMENTA –ELEIÇÕES 2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA – CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. LEI Nº9.504/97 E RESOLUÇÃO TSE Nº23.553/17 – INTEMPESTIVIDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL –DOAÇÕES ESTIMADAS DECLARADAS PELO DOADOR E NÃO LANÇADAS NAS CONTAS. VERIFICAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DOADOR – ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA FORA DO PRAZO LEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO – IRREGULARIDADES QUE NÃO PREJUDICAM A ANÁLISE E FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS – CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1.A intempestividade na entrega da prestação de contas final é irregularidade que enseja ressalva às contas quando verificada que, posteriormente apresentada, não impediu a verificação das contas pelo setor técnico.

2.A omissão de doação estimada recebida de candidato, referente a material de campanha de uso comum, pode ser superada, pois a verificação da movimentação financeira ocorre na prestação de contas do doador. Aposição de ressalva às contas, quando é possível identificar a origem, destinação e natureza dos recursos.

3.Não há irregularidade quando a abertura da conta bancária se dá no primeiro dia útil consecutivo ao final do prazo previsto no art.10, §1º, I, da Res. TSE nº23.553/17.

4.Contas aprovadas com ressalvas.

DECISÃO



À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 01/06/2020

RELATOR: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

RELATÓRIO

1.Trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por **CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO**, relativa às Eleições 2018, em que concorreu ao cargo de Deputado Estadual pelo partido PRP – Partido Republicano Progressista e não foi eleito (ID 274381 e seguintes).

2.Não prestadas as contas no prazo legal (ID 747016), a Secretaria deste Tribunal emitiu carta de ordem para a citação pessoal do responsável, nos termos do disposto no artigo 52, §6º, inciso IV, da Resolução TSE nº23.553/17 (ID 790166).

3.Intimado, o requerente apresentou as contas finais em 07.12.2018.

4.Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação (ID 1540766 e 1644066).

5.Inicialmente a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná apresentou relatório apontando diligências a serem atendidas pelo requerente (ID 2799016), que, devidamente intimado, apresentou contas retificadoras e documentos (ID 3196616 e ss).

6.Remetidos os autos ao Setor de análise técnica, apresentou **parecer conclusivo** pela **aprovação com ressalvas das contas**(ID 5599116) em vista da permanência das seguintes irregularidades: I) intempestividade na entrega da prestação de contas final (item 1.1); II) foram declaradas doações estimada diretas realizadas por outros candidatos e partidos políticos, mas não registradas na prestação de contas em exame, referentes a material de campanha de uso comum (item 5.1) e III) abertura da conta bancária fora do prazo estabelecido no artigo 10, §1º, inciso I (item 8).

7.Intimado o prestador permaneceu silente.

8.A Procuradoria Regional Eleitoral, em parecer de ID 5933066 entendeu que as irregularidades apontadas não impediram a análise das contas. Assim, manifestou-se pela **aprovação com ressalvas**, nos termos do artigo 77, inciso II, da Resolução TSE.

É o relatório.

VOTO



1.Como visto no relatório, trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por **CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO**, candidato ao cargo de Deputado Estadual nas eleições de 2018, cuja competência originária é deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e é regida pela Lei nº9.504/97, regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral na Resolução nº23.553/2017. **O então candidato obteve 502 votos.**

2.Houve apresentação das contas parciais em 13.09.2018, dentro do prazo estabelecido pelo artigo 50[1], §4º, da Resolução TSE nº23.553/2017. Todavia, as contas finais foram apresentadas em 07.12.2018, de forma intempestiva.

3.Segundo informações do órgão de análise técnica, os recursos utilizados na campanha **totalizaram R\$15.400,00 sendo:**

- Recursos financeiros provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no valor de R\$10.000,00, movimentados através de conta bancária específica e comprovados na prestação de contas.
- Doações de valor estimável em dinheiro, realizadas por pessoas físicas, no valor de R\$5.400,00, referente à cessão de veículos.
- Não houve recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário, de fonte vedada ou de origem não identificada.

4.Adentrando na análise das contas prestadas, **oparecer técnico conclusivo**(ID 5599116) apontou as seguintes irregularidade remanescente nas contas:

I) Intempestividade na entrega da prestação de contas final (item 1.1):

Com efeito, as contas finais do requerente foram apresentadas apenas em 07.12.2018, portanto, em desacordo com o prazo previsto no artigo 52[2] da Res. TSE nº23.553/2017.

Não obstante, tal irregularidade não gerou qualquer prejuízo à análise e fiscalização das contas do requerente, tendo em vista a efetiva apresentação das contas finais e a entrega dos relatórios financeiros de receitas e despesas.

Ademais, nos termos da já pacífica jurisprudência deste Regional, tal falha tem natureza meramente formal, ensejando mera aposição de ressalvas às contas.

II) Omissão de lançamento de recebimento de doação estimáveis em dinheiro (item 5.1):

Foi declarada doação direta realizada pelo candidato EDENILSO ROSSI ARNALDI, mas não registrada na prestação de contas em exame, revelando indícios de omissão de receitas. Trata-se de doação estimada em dinheiro, no valor de **R\$240,00**, referente a material de uso comum na campanha (santinhos). Esta quantia **corresponde a 2,4%** do total de recursos movimentados pela prestadora durante a campanha.

Conforme dispõe a norma de regência a doação de bens estimáveis em dinheiro a outros candidatos não está sujeita à emissão de recibos, mas o registro é obrigatório tanto na conta do doador como na do beneficiário, na forma do artigo 9º, §§ 6º e 10º[3], da Resolução TSE nº23.553/2017.

Além disso, o artigo 27, §2º, da Resolução autoriza a doação em apreço nesses termos:
“Partidos políticos e candidatos podem doar entre si bens próprios ou serviços estimáveis em



dinheiro, ou ceder seu uso, ainda que não constituam produto de seus próprios serviços ou de suas atividades”.

Ademais, o mesmo diploma, no artigo 63, §3º, inciso II e §4º, dispensa de comprovação, porém não do registro na prestação de contas, *“as doações estimáveis em dinheiro entre candidatos ou partidos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral”.*

No caso em apreço o candidato não efetuou o registro de uma doação estimável recebida nesta modalidade, o que representa falha por violar as normas referidas.

Entretanto, como foi possível a análise e fiscalização de tal gasto na prestação de contas do doador, tal irregularidade, por si só, não enseja a desaprovação das contas em exame, sendo suficiente a aposição de ressalva.

III) Abertura intempestiva das contas bancárias de campanha (item 8.):

Com efeito, o CNPJ do candidato foi concedido em 15.08.2018, assim, nos termos do artigo 10, §1º, inciso I[4], da Resolução TSE, a data limite para abertura das contas bancárias de campanha seria 25.08.2018, que é um sábado, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente.

Tendo em vista que as contas foram abertas em 27.08.2018, segunda-feira, não há irregularidade neste ponto.

5.Portanto, tendo em vista que, no caso concreto, as irregularidades remanescentes não prejudicaram a efetiva análise e verificação das contas por esta Justiça Especializada, conclui-se por sua aprovação com ressalvas.

6.**ISTO POSTO**,diante da argumentação acima expendida, acompanhando os entendimentos manifestados pelo setor de análise técnica e pela Procuradoria Regional Eleitoral em seus pareceres, e com fundamento no artigo 30 da Lei nº9.504/97 c/c artigo 77, inciso II[5], da Resolução TSE nº23.553/2017,**voto no sentido de julgar APROVADAS COM RESSALVASas contas apresentadas por CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO**,referente às eleições de 2018, em que concorreu ao cargo de Deputado Estadual e não foi eleito.

Curitiba, 1º de junho de 2020.

Carlos Alberto Costa Ritzmann

Relator

[1] Art.50 - Os partidos políticos e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a entregar à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim:

(...)



§4º - A prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE, pela internet, entre os dias 9 a 13 de setembro do ano eleitoral, dela constando o registro da movimentação financeira e/ou estimável em dinheiro ocorrida desde o início da campanha até o dia 8 de setembro do mesmo ano.

(...)

[2] Art.52 - As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia posterior à realização das eleições (Lei nº9.504/1997, art.29, inciso III).

[3] §6º - Não se submetem à emissão do recibo eleitoral previsto no caput:

(...)

II - doações estimáveis em dinheiro entre candidatos e partidos políticos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa;

(...)

§10 - A dispensa de emissão de recibo eleitoral prevista no § 6º deste artigo não afasta a obrigatoriedade de serem registrados na prestação de contas dos doadores e na de seus beneficiários os valores das operações constantes dos incisos I a III do referido parágrafo.

[4] Art.10 - É obrigatória para os partidos políticos e os candidatos a abertura de conta bancária específica, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira com carteira comercial reconhecida pelo Banco Central do Brasil.

§1º - A conta bancária deve ser aberta em agências bancárias ou postos de atendimento bancário:

I - pelo candidato, no prazo de dez dias contados da concessão do CNPJ pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

[5] Art.77 - Apresentado o parecer do Ministério Público e observado o disposto no parágrafo único do art.76 desta resolução, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo.

II - pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade.

EXTRATO DA ATA



PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602848-28.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN - REQUERENTE: CARLOS ALBERTO LOPES CARDOSO -Advogado do(a) REQUERENTE: CLEVERSON FRANCISCO VIEIRA - PR46362

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos e Roberto Ribas Tavnaro - Substituto em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO DE 01.06.2020.

